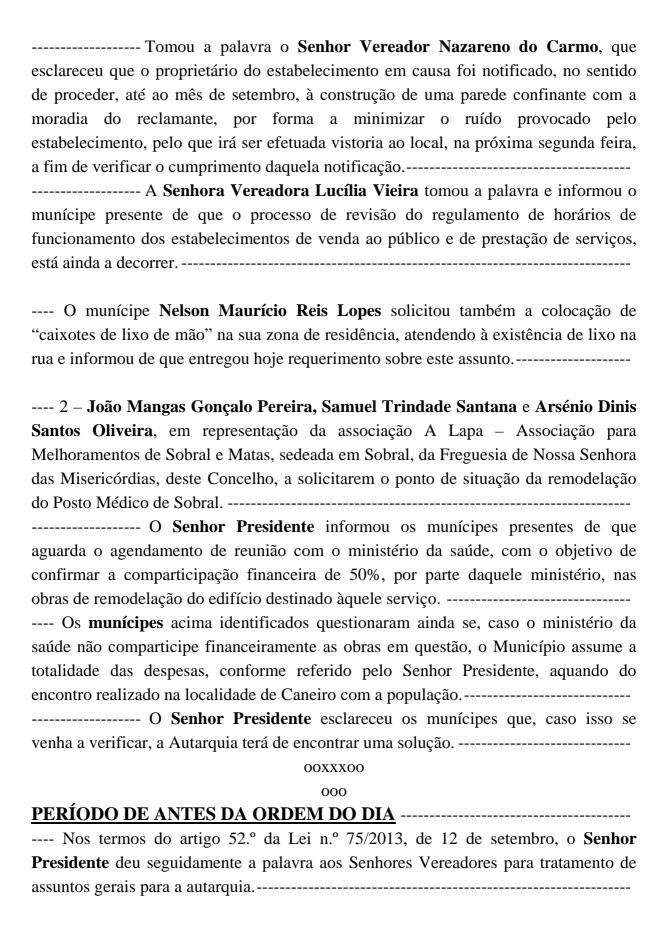


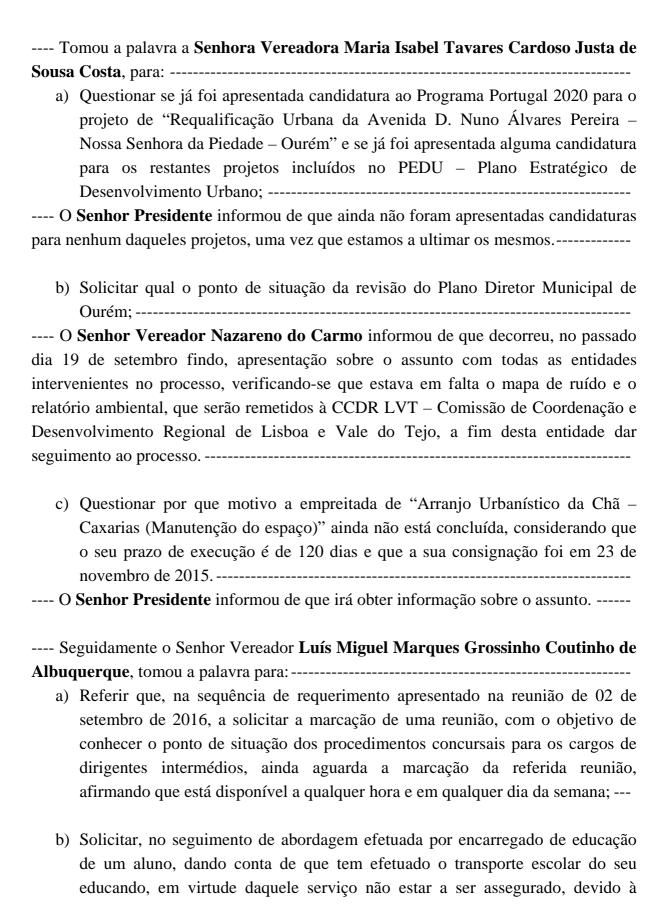
# ATA N.º 22 (REUNIÃO PÚBLICA)

Aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de
Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA
MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO
PINA REBELO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de
Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA <b>ORDEM</b>
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 29 de maio de 2015, a Câmara
começou por ouvir os munícipes presentes, mediante a seguinte ordem:
1 - Nelson Maurício Reis Lopes, residente na Rua Nossa Senhora das Vitórias.
Edifício Glória, 13 D, rés do chão direito, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima
deste Concelho, a solicitar o ponto de situação referente às várias reclamações por si
apresentadas sobre o ruído excessivo provocado pelo funcionamento do
estabelecimento de bebidas denominado "Nakas Bar", sito naquela rua e bem assim
esclarecimentos sobre por que motivo não foi ainda aprovada a revisão do respetivo
regulamento municipal, conforme havia sido referido pelo Senhor Presidente, na
reunião pública de 03 de junho de 2016
Refere ainda que sobre o exposto apresentou hoje nos serviços desta Autarquia
nova reclamação

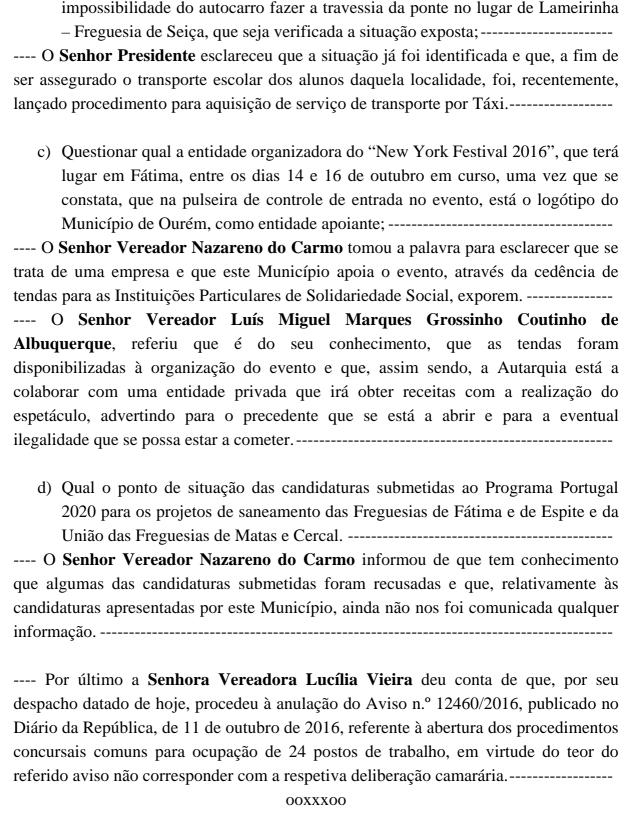




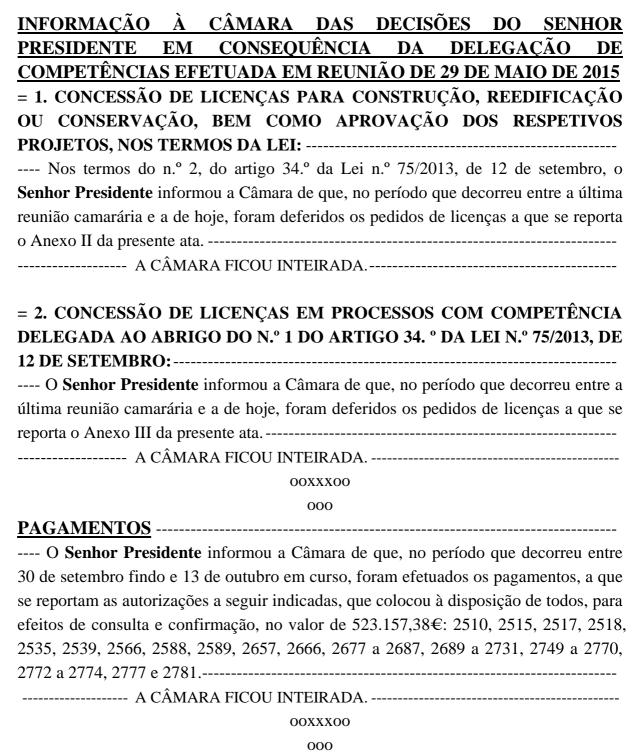












AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----

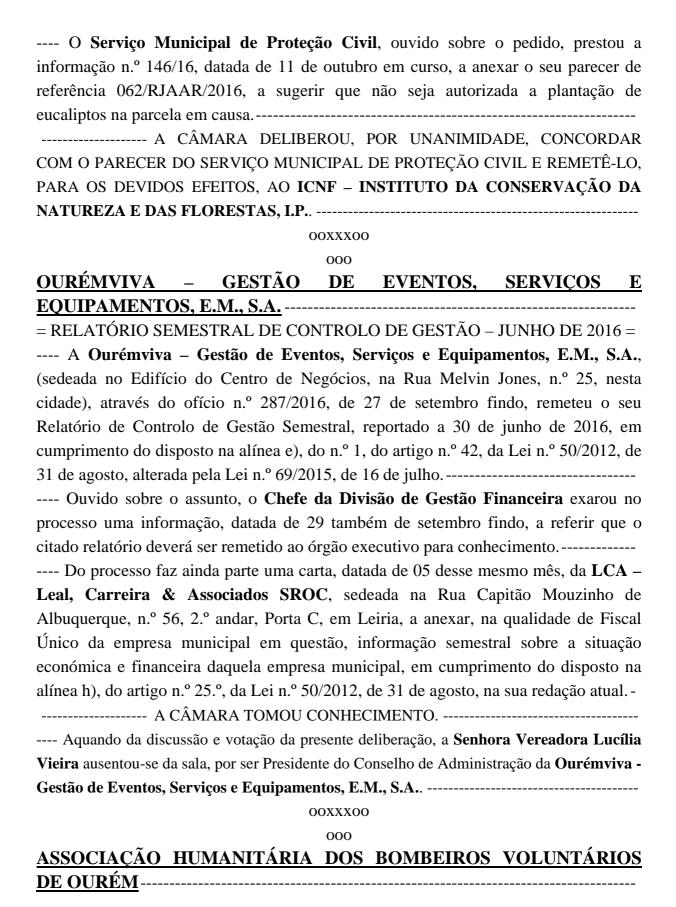
---- No âmbito do assunto indicado em epígrafe, foram apresentadas as cartas (enviadas por correio eletrónico), que a seguir se especificam, do **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.**, com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de



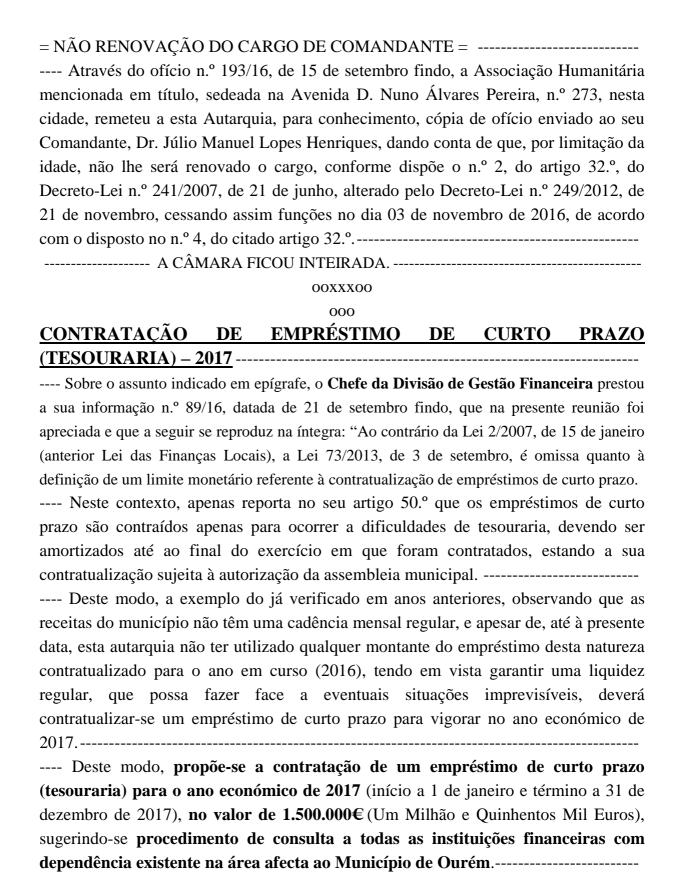
parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre os pedidos que de igual modo se identificam: --------- 1. Carta registada sob o n.º 25.903/2016, sobre o pedido de Manuel António Ferreira Lopes, para proceder à plantação de pinheiros-mansos, numa extensão de 0,35 hectares, em Matas, da União das Freguesias Matas e Cercal, deste Concelho. -------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre a pretensão, prestou a informação n.º 141/16, de 28 de setembro findo, a anexar o seu parecer de referência 061/RJAAR/2016, a dar conta de que nada há a opor. --------- O Senhor Vice-Presidente (à data) exarou no processo o despacho, datado de 07 de outubro corrente, que se passa a transcrever: "Enviar resposta ao ICNF e remeter a Reunião de Câmara para ratificar."----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O DESPACHO DO **SENHOR VICE-PRESIDENTE** TRANSCRITO.- ---------- 2. Carta registada sob o n.º 25.904/2016, sobre o pedido de Maria Manuela de Oliveira Marques Gomes, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 0,54 hectares, no sítio de Sesmarias, na localidade de Sorieira, da Freguesia de Seiça, deste Concelho. --------- Ouvido sobre o pedido, o Serviço Municipal de Proteção Civil, prestou a informação n.º 140/16, de 28 de setembro findo, a anexar o seu parecer de referência 060/RJAAR/2016, a dar conta de que nada há a opor. --------- O Senhor Vice-Presidente (à data) exarou no processo o despacho, datado de 07 de outubro em curso, que se passa a transcrever: "Enviar resposta ao ICNF e remeter a Reunião de Câmara para ratificar."----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O DESPACHO DO **SENHOR VICE-PRESIDENTE** ---- 3. Carta registada sob o n.º 26.688/2016, sobre o pedido de **Jaime Marques**, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 0,21 hectares, em Vale Abrupto,

no lugar de Resouro, da Freguesia de Urqueira, deste Concelho.-----

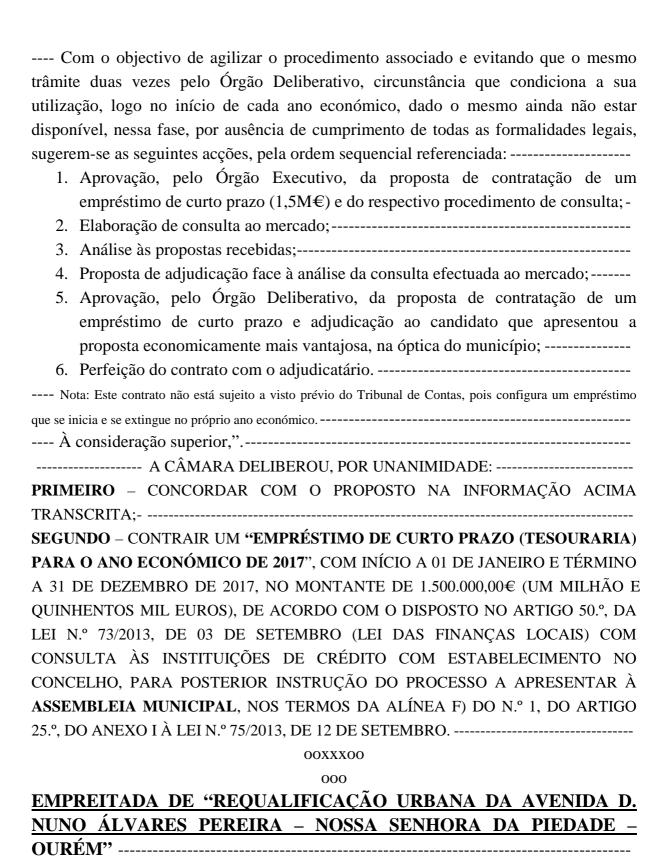






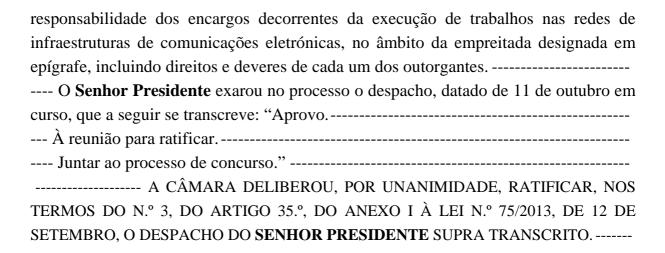






---- 1. Foi apresentada proposta de texto de protocolo a celebrar com a **MEO** – **Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.**, com o objetivo de clarificar a





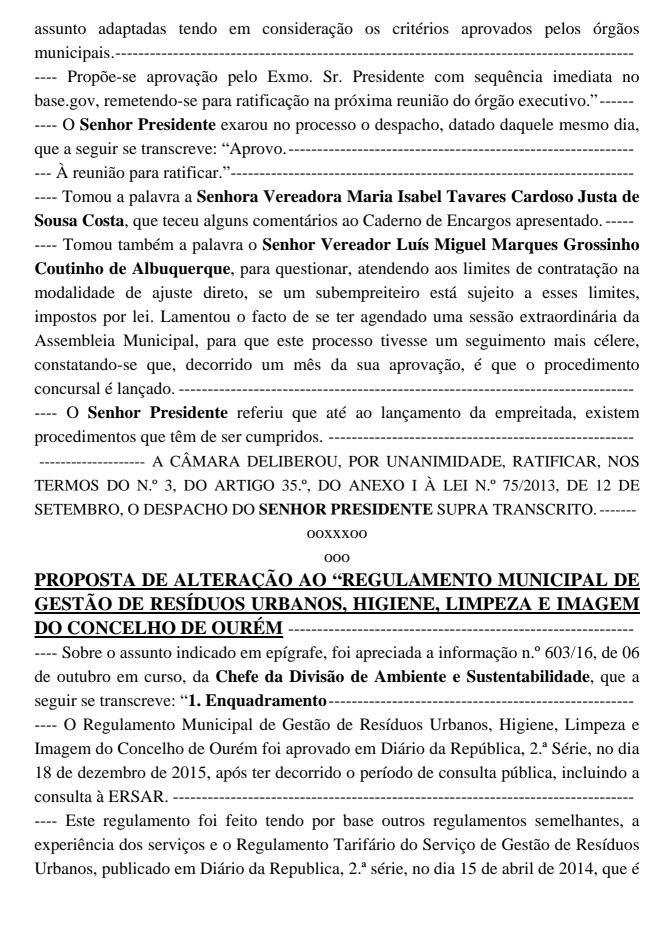
Peças	Alterações Introduzidas
Programa de Procedimento	- Foi alterada a designação da empreitada, passando a designar-se:
Trograma de Procedimento	REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AV. D. NUNO ALVARES
	PEREIRA, NOSSA SENHORA DA PIEDADE - OURÉM;
	- Foram completados os Pontos n.ºs 5; 6; 9 e 12 com a introdução dos
	dados referentes à Plataforma Electrónica de Contratação - ACINGOV;
	- Ponto 12 – Prazo e Modo de Apresentação de Propostas - foi mantido a
	anterior o anterior conteúdo - " até às 23 horas do 24º dia";
	- Ponto 16 - Critérios de Adjudicação - foi alterado na sua totalidade e
	substituído na íntegra a anterior descrição;
	- Anexos – Foram introduzidos os anexos referentes aos critérios e fator de
	adjudicação das propostas, em conformidade com os critérios definidos no
	Ponto 16.
Caderno de Encargos	- Foi introduzido na designação da empreitada a referencia à freguesia:
Cademo de Encargos	Nossa Senhora da Piedade;
	- Cláusula 11 – Multa por violação dos prazos contratuais - Foi previsto o
	valor máximo estipulado pelo Código dos Contratos Públicos – 2/1000



---- Para além das alterações acima referenciadas foi, fruto dessas alterações, modificada a lista de documentos a apresentar pelos concorrentes (ponto 7 documentos que constituem a proposta) com a introdução dos documentos que suportam o critério de adjudicação agora adoptado, tendo por base o Programa de Procedimento adoptado como modelo: " Empreitada de tratamento de reforço e anticorrosivos na linha de Cascais" da REFER - Rede Ferroviária Nacional EPE. Ainda sobre os documentos que integram a proposta foram ainda introduzidos os seguintes Anexos: Anexo VI - Nota Técnica sobre a Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho; Anexo VII – Nota Técnica sobre o Sistema de Controlo da Qualidade da Obra; Anexo VIII - Nota Técnica sobre o Acompanhamento Ambiental. Estes documentos, a apresentar pelos concorrentes constam dos factores submetidos à concorrência pela Entidade Adjudicante.--------- Sobre os documentos e a forma de apresentação pelos concorrentes foi, quando comparado com as peças que serviram de modelo ao presente Programa de Procedimento, alterado o n.º 7, porquanto não nos foi disponibilizado o Caderno de Encargos:-----

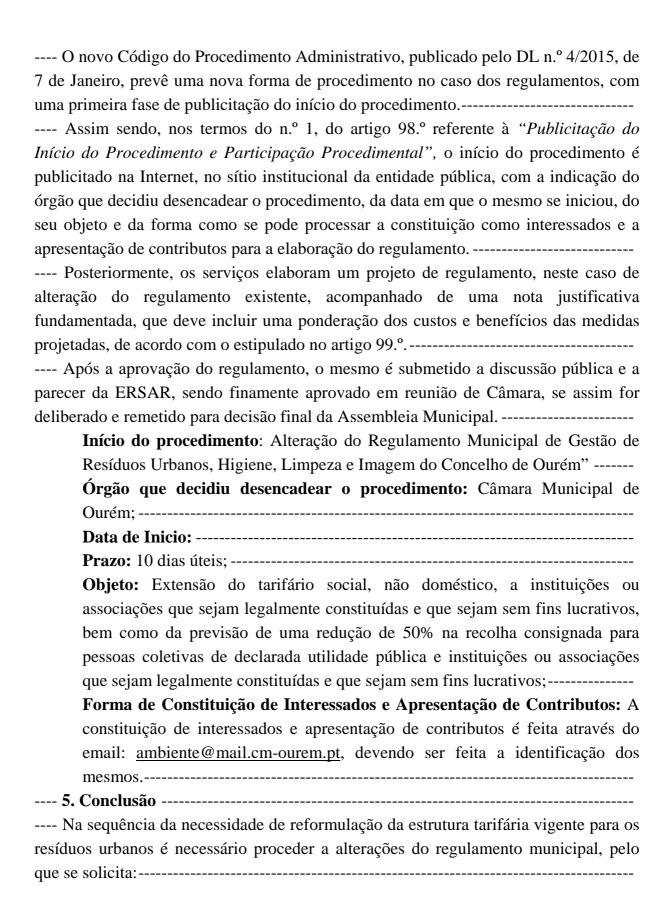
12.7 do Programa de Procedimento da REFER	7.7 – do Programa de Procedimento do Município de Ourém
O Diagrama de Faseamento da Obra deverá ainda ser elaborado com o "Manual de Preenchimento do Ms Project", apresentado em suporte informático (anexo II do Caderno de Encargos – Clausulas Gerais). Para tal, deverão ser entregues em ficheiros compatíveis com as aplicações Microsoft Project.	O Diagrama de Faseamento da Obra deverá ser apresentado em MS Project, apresentado o suporte informático.

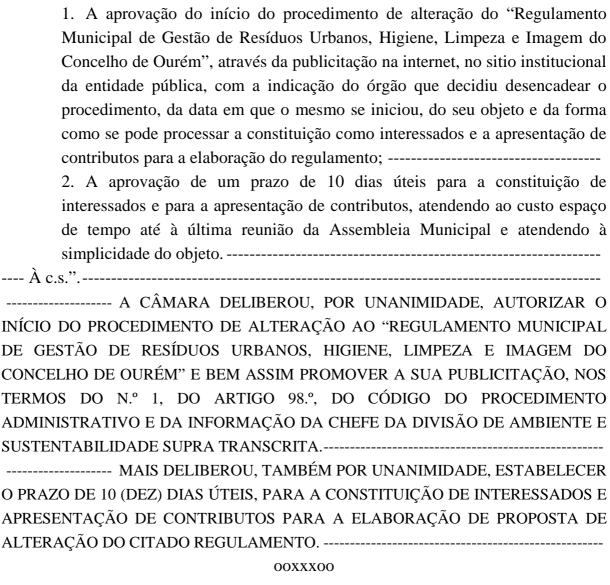




da iniciativa da ERSAR e vinculativo dos Municípios, tendo sido acauteladas as
exigências da entidade reguladora
2. Problema
Tal como foi referido, o regulamento municipal teve de acatar as regras do
regulamento tarifário nacional e do parecer da ERSAR. Deste modo, relativamente ao
tarifário social para não domésticos apenas foi possível considerar aplicáveis a
"Pessoas Coletivas de Declarada Utilidade Pública" (cf. alínea b), do n.º 1, do artigo
47.°), enquadrado no artigo 22.ª do Regulamento Tarifário
Por outro lado, a ERSAR já remeteu um ofício a informar que a Câmara de Ourém
tem até ao dia 15 de Outubro, para apresentar o tarifário a aplicar em 2017. Este
tarifário terá de ser de acordo com o estipulado no regulamento municipal, isto é,
torna-se necessário reformular o tarifário que tem vindo a ser praticado pelo Município
de Ourém
O tarifário adaptado apenas prevê um tarifário doméstico e outro não doméstico e
sociais para cada uma das tipologias referidas, em que o não doméstico apenas é
possível para Pessoas Coletivas - DUP. Esta situação vai originar um problema
semelhante ao problema do tarifário de água.
Contactou-se a ERSAR para a resolução deste problema, tendo o departamento
jurídico referido telefonicamente que atualmente o entendimento da ERSAR pode
passar por esta entidade apenas estabelecer mínimos sociais, deixando ao critério
municipal o alargamento da aplicação dos benefícios
3. Proposta de Resolução
Assim sendo a solução passará por proceder às seguintes alterações ao
"Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e
Imagem do Concelho de Ourém":
- Artigo 47.°, n.º 1, b) – Utilizadores não-domésticos que sejam pessoas
coletivas de declarada utilidade pública e instituições ou associações que
sejam legalmente constituídas e que sejam sem fins lucrativos (nota:
semelhante ao aplicado para o tarifário de venda de água);
- Artigo 47.°, n.° 3 – O tarifário social para utilizadores não domésticos
consiste na aplicação das tarifas de disponibilidade e variável para
utilizadores domésticos, bem como na redução de 50% no serviço de recolha
consignada (nota: igual ao existente atualmente);
- Artigo 30.°, n.° 2áreas predominantemente urbanas e áreas
medianamente urbanas, designadamente:, Fátima (nota: em falta)
4 Procedimento



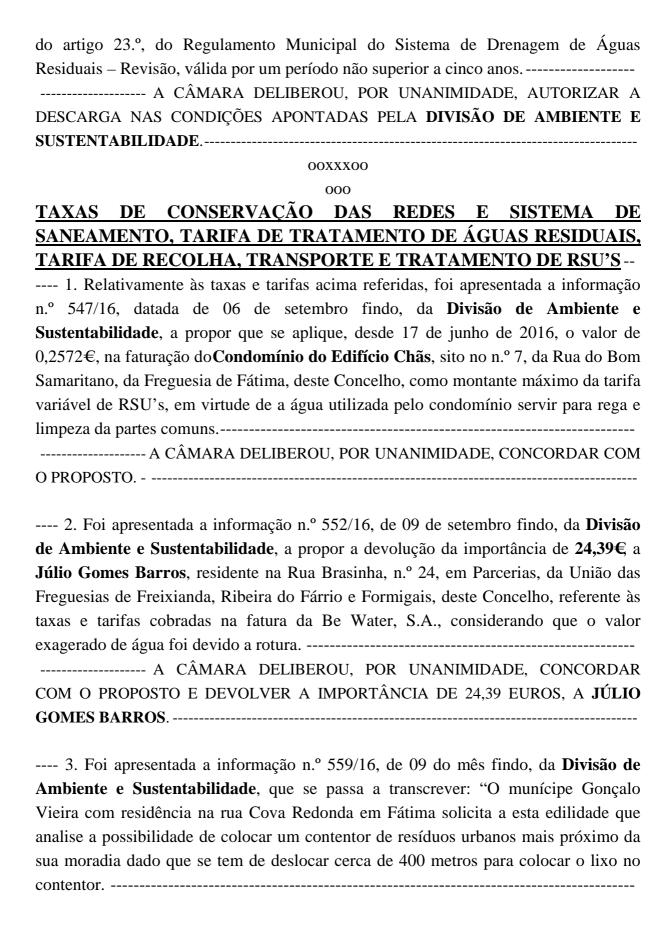




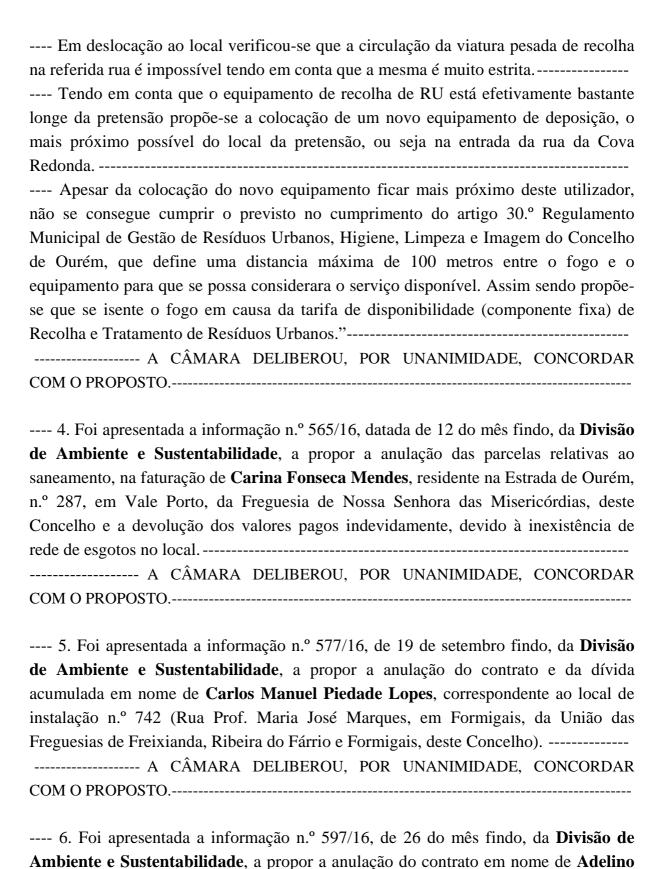
000

# PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS EM ETAR-----

---- Ouvida sobre o pedido, a **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade** prestou a informação n.º 575/16, de 19 de setembro findo, a dar conta de que, face ao parecer favorável emitido pela firma Águas do Centro Litoral S.A., a Câmara poderá conceder uma declaração de autorização de descarga condicionada, conforme o previsto no n.º 4

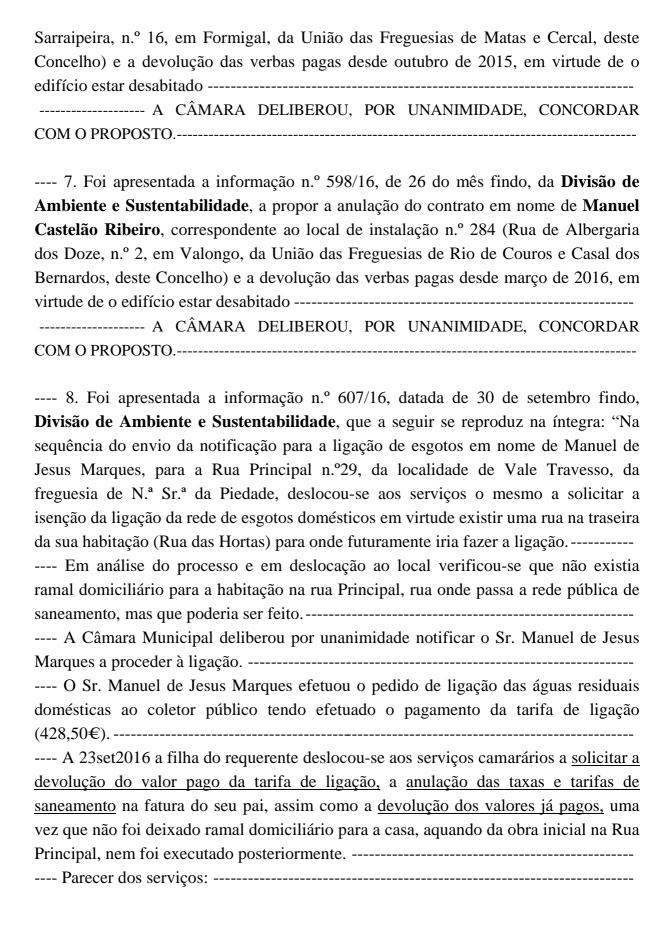




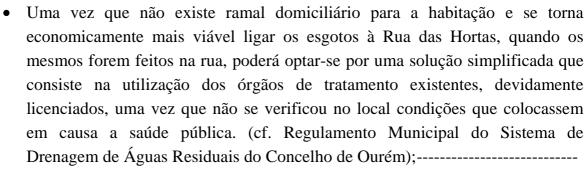


Dias da Silva, já falecido, correspondente ao local de instalação n.º 391 (Rua da









<ul> <li>Propõe-se a devolução do valor pago referente à tarifa de ligação (428,50€)</li> </ul>
Visto que não existe ramal domiciliário para a habitação deixa-se à Consideração
Superior:
1. A anulação das taxas e tarifas de saneamento;
2. A devolução dos valores pagos referentes às taxas e tarifas saneamento
(380,00€)
Caso o pedido seja indeferido deve se dar andamento ao processo para a execução
de um novo ramal domiciliário na Rua Principal com orçamento estimado (800,00€)
À Consideração Superior,"
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR
COM O PROPOSTO

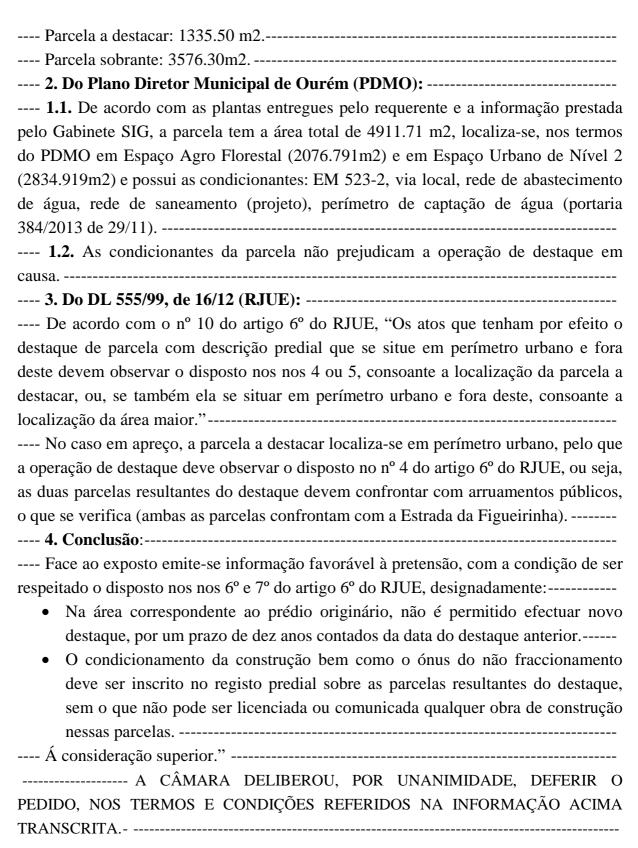
ooxxxoo

000

### PEDIDO DE DESTAQUE -----

situado dentro e fora de perímetro urbano, do qual resultam duas parcelas: -----



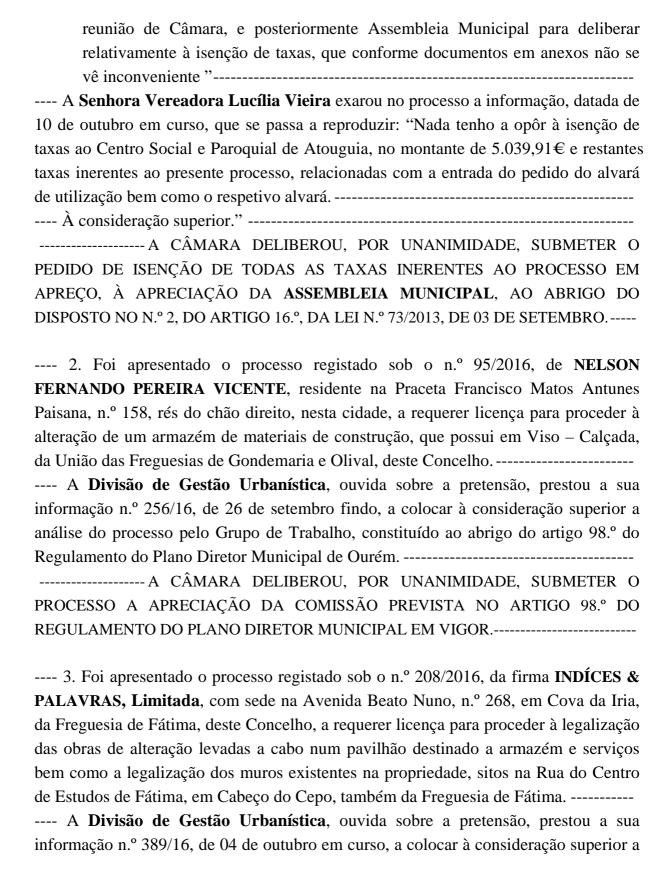




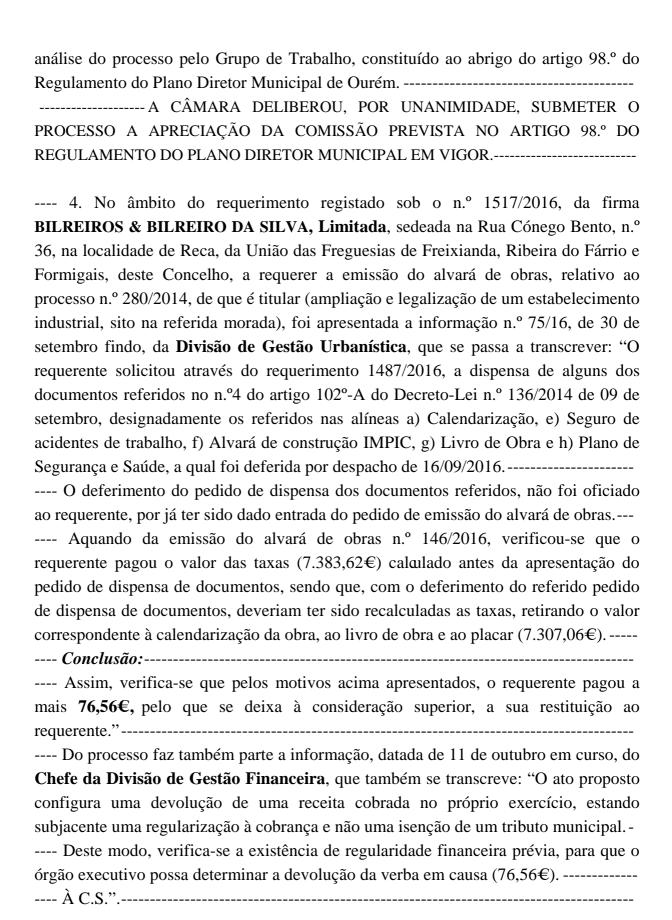
# <u>LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES -----</u> ---- 1. Foi apresentada a carta registada sob o n.º 23.558/2016, do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA FREGUESIA DE ATOUGUIA, com sede na Rua de S. Bartolomeu, em Atouguia, deste Concelho, relacionada com o pedido de "Licenciamento para Construção do Jardim de Infância – Legalização". --------- Em 13 de setembro findo, o Senhor Presidente da Câmara, exarou na referida carta o despacho que se passa a transcrever: "À DGU para informar no sentido da isenção, dado tratar-se de IPSS legalmente constituída, a fim de ser submetido aos órgãos próprios".--------- Do processo fazem ainda parte as informações que se passam a especificar: -----Número 145/16, de 29 também de setembro findo, da Divisão de Gestão **Urbanística**, que se passa a transcrever: "Na sequência do pedido de isenção das taxas do processo 179/2012, por parte do Centro Social e Paroquial da Atouguia, informa-se:--------- Em 20-09-2016, o processo foi para a Divisão de Educação e Assuntos Sociais, para informar se a instituição requerente é efetivamente uma IPSS. --------- Em 28-09-2016, a Divisão informou que se trata de uma instituição particular de solidariedade social anexando documentos (fls. 5 a 18).-------- O requerente foi informado através do nosso ofício nº 22765/2016 datado de 23/08/2016, que o valor a pagar é de **5.039,91€**, (**conforme Mod.42 em anexo**).--------- As isenções de taxas encontram-se definidas nos nºs 1 e 2 do art.º 34º. do Regulamento e tabela de Taxas do Município de Ourém. --------- Nos termos da alínea e) do nº 1 do art.º 9º do RMUETCUCO - Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Concelho de Ourém, as Instituições Particulares de Solidariedade Social legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem, diretamente à realização dos fins, estão isentas de taxas. --------- Nos termos do n.º 2 do art.º 9º do RMUETCUCO, as isenções referidas não dispensam a apresentação de requerimento, devidamente documentado e fundamentado, referente ao pedido de isenção de taxa. ---------- O requerimento apresentado foi documentado e fundamentado, pela Divisão de Educação e Assuntos Sociais em como se trata de uma Instituição Particular de Solidariedade Social. --------- Deixa-se à consideração superior a decisão a tomar."; -----

Datada também de 29 de setembro findo, da Chefe da Divisão de Gestão
 Urbanística, que de igual modo se transcreve: "À C.S. remeter o processo a

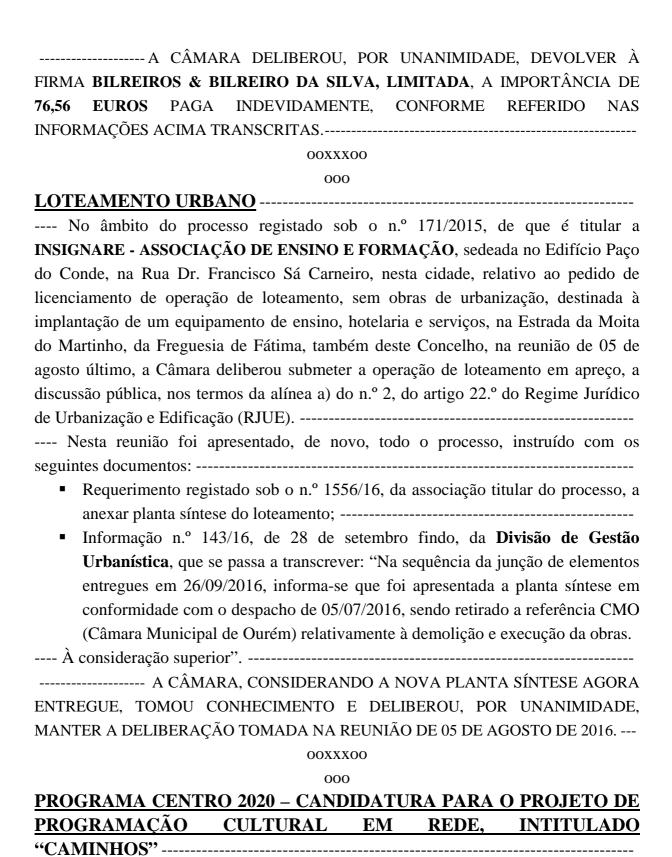












---- A **Chefe da Divisão de Ação Cultural**, sobre o assunto designado em epígrafe, prestou a informação n.º 100/16, de 04 de outubro em curso, que a seguir se



transcreve: "No âmbito do assunto em epígrafe, a CIMPT prepara candidatura
intermunicipal ao aviso CENTRO 2020 para o projeto de programação cultural em
rede (prioridade de investimento: conservação, proteção, promoção e desenvolvimento
do património Cultural) intitulado "CAMINHOS"
Nesse sentido, em agosto do corrente ano a DAC, em coordenação com o Senhor
Presidente, facultou à CIMPT um conjunto detalhado de informação solicitada para a
preparação de uma intenção de candidatura a submeter pela CIMPT. Em 25 de
setembro passado, participei na reunião onde foi apresentada versão preliminar do
projeto "CAMINHOS" (documento em anexo). O prazo para a submissão da
candidatura termina em 17 de outubro de 2016
Objetivos e ações do projeto:
• O projeto visa contribuir para a valorização do património cultural e natural e para o
aumento do turismo no Médio Tejo
• Tem previstas as ações de: mapeamento do tecido cultural do Médio Tejo;
desenvolvimento de uma estratégia de marketing Territorial; e promoção e valorização
de equipamentos culturais e do património cultural
Abrangência territorial do projeto, duração estimada e participação do
Município de Ourém:
• O projeto abrange os municípios da CIMPT e tem uma duração prevista de três anos.
• O Município de Ourém poderá integrar a mesma na qualidade de entidade co-
beneficiária
• Considerando a prevalência do património cultural/equipamentos culturais do
município que foram objeto de financiamento europeu entre os critérios de apreciação
da candidatura, foram apontados alguns locais nas cidades de Ourém e Fátima para a
implementação do projeto
Comparticipação financeira do Município
Em caso de aprovação da candidatura, o Município assumirá a comparticipação
anual de 20.000,00€, durante três anos (consultar atabela em documento anexo - 14.
Orçamento), que inclui a requisição de serviços e os custos de comunicação integrada
inerente ao projeto
Submeto à consideração superior o teor da informação. Encaminhei o documento
anexo para conhecimento do senhor Chefe da DGF, para tomada em consideração no
âmbito da elaboração dos documentos previsionais de orçamento para os próximos
anos, em caso de adesão do Município."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A
PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA CANDIDATURA PARA O PROJETO EM



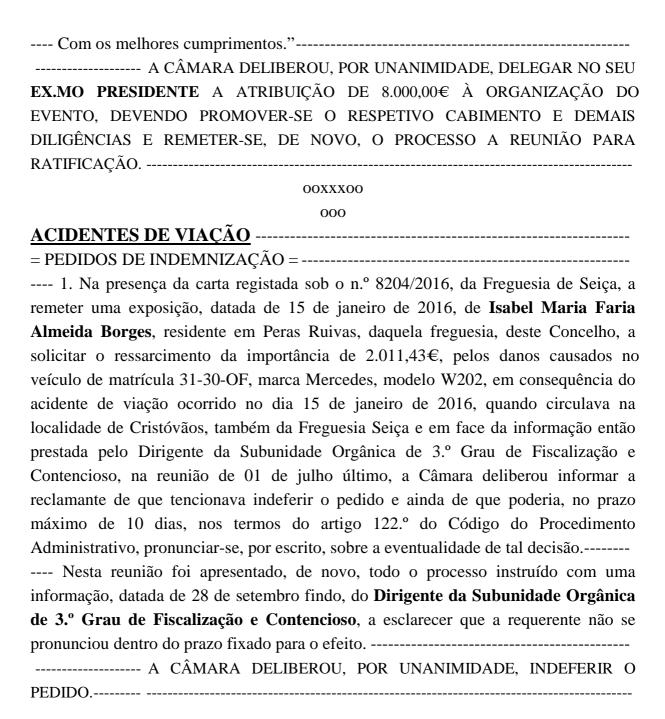
CAUSA, DE ACORDO COM O PROPOSTO NA INFORMAÇÃO SUPRA TRANSCRITA E INCUMBIR A **DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL** DE ACOMPANHAR O PROCESSO.

ooxxxoo

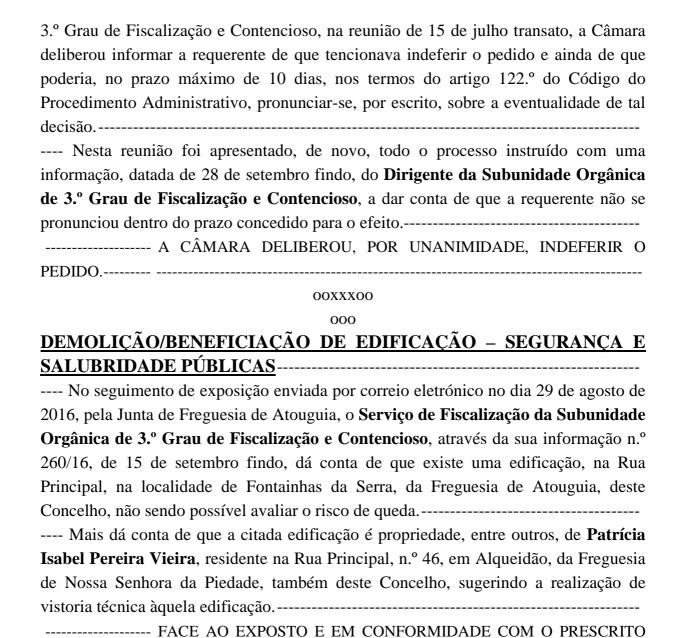
000

"RALLY VILA MEDIEVAL DE OUREM"
Sobre o assunto mencionado em título, a Subunidade Orgânica de 3.º Grau de
Relações Institucionais e Comunicação prestou a sua informação n.º 26/16, de 29 de
setembro findo, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na
íntegra: "Senhor Presidente,
Foi o RIC incumbido por V. Exa para aferir da possibilidade de poder vir a dar o
melhor apoio à realização de uma prova automobilística a realizar no espaço físico do
nosso Município, proposta de trabalho que foi desenvolvida numa primeira abordagem
com o Senhor Ricardo Capitão, em representação do "OlivalMotorizado", secção do
CCR Olival, encontro que foi orientado no sentido de procurar e definir as melhores
soluções para as partes interessadas
Em primeira instância ficou definido que a prova, que assume objetivos futuros
tendentes à sua integração no calendário federativo, terá a denominação "RALLY VILA
MEDIEVAL DE OURÉM", decorrerá nas freguesias de NaSa da Piedade e União das
freguesias de Olival e Gondemaria nos dias 12 e 13 de Novembro do corrente ano e
terá caráter oficial em termos de organização tutelada pela respetiva Federação
Nacional
Complementarmente e com base no caderno de encargos proposto pela
organização, verifica-se que o RIC poderia vir a dar o seu contributo em termos
organizativos e promocionais, dado possuir capacidade e recursos para responder às
exigências organizacionais na esfera das suas competências
Porém, existe matéria peticionada à qual apenas V. EXª poderá dar resposta nos
termos adequados, reportando-me estritamente à componente financeira do eventual
apoio que possa vir a ser concedido, ponderando o potencial que esta organização
encerra. Trata-se de uma organização com um orçamento que ronda os 50 mil euros,
com sponsorização ainda muito incipiente, mas com um retorno que se afigura muito
interessante nomeadamente em termos turísticos e económicos, fruto da elevada
afluência de público que se espera se desloque a Ourém e o próprio naming da prova
"Rally Vila Medieval de Ourém"
É o que me cumpre levar ao conhecimento de V. Exa, estando disponível para o
que venha a entender como adequado em contexto e no âmbito das competências do

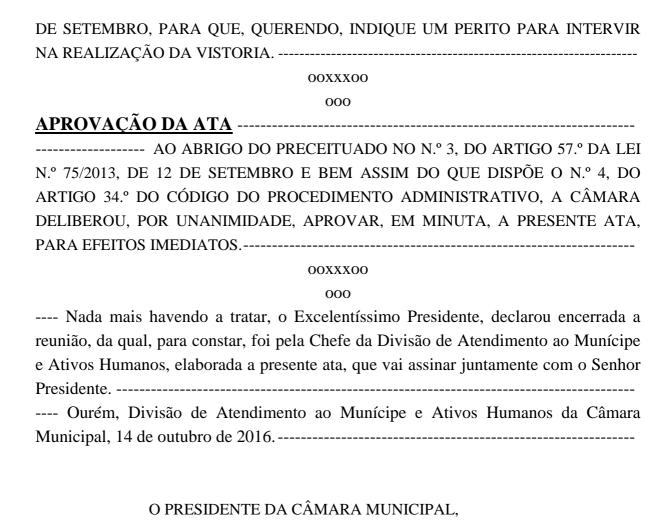




---- 2. Na presença do requerimento registado sob o n.º 10.023/2016, de **Sónia Catarina Silva Reis**, residente na Rua das Azinheiras, n.º 26, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar o pagamento das despesas referentes aos danos causados na viatura propriedade de Valter Castanheiro Santos, de matrícula 16-FU-27, em consequência do acidente de viação ocorrido no dia 24 de março de 2016, quando circulava na Rua da Cooperativa (sentido Montelo – Fátima), também em Fátima e no seguimento da informação então prestada pelo Dirigente da Subunidade Orgânica de







A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 14/10/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

### 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

#### 1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
  - 1. Carta registada sob o n.º 25.903/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel António Ferreira Lopes;
  - 2. Carta registada sob o n.º 25.904/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Maria Manuela de Oliveira Marques Gomes;
  - 3. Carta registada sob o n.º 26.688/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Jaime Marques.

# 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

## 2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Ofício n.º 287/2016, de 27 de setembro findo, da empresa municipal;
- = Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém Não renovação do cargo de Comandante Ofício n.º 193/2016, de 15 do mês findo, da associação.

#### 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Empréstimo de curto prazo (Tesouraria) – Ano económico de 2017 – Informação n.º 89/16, de 21 de setembro findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF).

### 3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Empreitada de "Requalificação urbana da Avenida D. Nuno Álvares Pereira Nossa Senhora da Piedade Ourém":
  - 1. Proposta de protocolo com a MEO Serviço de Comunicações e Multimédia, S.A.;
  - 2. Informação n.º 272/16, de 10 do corrente mês, da Contratação Pública e Aprovisionamento.

#### 4. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

= Proposta de alteração ao "Regulamento Municipal de gestão de resíduos urbanos, higiene, limpeza e imagem do Concelho de Ourém" – Informação n.º 603/16, de 06 de outubro em curso, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);



- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n.º 2044/2014, de Rui Manuel Pereira Martins;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
  - 1. Informação n.º 547/16, de 06 de setembro findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
  - 2. Informação n.º 552/16, de 09 de setembro findo, da DAS;
  - 3. Informação n.º 559/16, de 09 do mês findo, da DAS;
  - 4. Informação n.º 565/16, de 12 de setembro findo, da DAS;
  - 5. Informação n.º 577/16, de 19 do mês findo, da DAS;
  - 6. Informação n.º 597/16, de 26 de setembro findo, da DAS;
  - 7. Informação n.º 598/16, de 26 do mês findo, da DAS;
  - 8. Informação n.º 607/16, de 30 de mês findo, da DAS.

#### 5. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Pedido de destaque Processo registado sob o n.º 189/2016, de Laurinda Ferreira Vieira Lains, instruído com a informação n.º 343/16, de 06 de setembro findo, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Licenciamentos de obras particulares:
  - 1. Carta registada sob o n.º 23.558/2016, do Centro Social e Paroquial de Atouguia, instruída com a informação n.º 145/16, de 29 de setembro findo, da DGU;
  - 2. Processo registado sob o n.º 95/2016, de Nelson Fernando Pereira Vicente, instruído com a informação n.º 256/16, de 26 de setembro findo, da DGU;
  - 3. Processo registado sob o n.º 208/2016, da firma Índices & Palavras, Limitada, instruído com a informação n.º 389/16, de 04 de outubro em curso, da DGU;
  - 4. Requerimento registado sob o 1517/2016, da firma Bilreiros & Bilreiro da Silva, Limitada, instruído com a informação n.º 75/16, de 30 de setembro findo, da DGU;
- = Loteamento urbano Processo registado sob o n.º 171/2015, da INSIGNARE Associação de Ensino e Formação, instruído com a informação n.º 143/16, de 28 de setembro findo, da DGU.

## 6. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Programa CENTRO 2020 - Candidatura ao Projeto "Programação cultural em rede" - Informação n.º 100/16, de 04 de outubro em curso, da Chefe da Divisão de Ação Cultural.

# 7. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO

= "Rally Vila Medieval de Ourém" – Informação n.º 26/16, de 29 de setembro findo, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Relações Institucionais e Comunicação.

# 8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidentes de viação Pedidos de indemnização:
  - 1. Processo registado sob o n.º 8204/2016, de Isabel Maria Faria Almeida Borges, sobre acidente ocorrido na localidade de Cristóvãos Seiça, no dia 15/01/2016;
  - 2. Processo registado sob o n.º 10.023/2016, de Sónia Catarina Silva Reis, sobre acidente ocorrido na Rua da Cooperativa Fátima, no dia 24/03/2016;



= Demolição/beneficiação de edificação – Segurança e salubridade públicas – Informação n.º 260/16, datada de 15 de setembro findo, do Serviço de Fiscalização da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso.

Câmara Municipal de Ourém, 11 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



# **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 30-09-2016 a 13-10-2016

Processo nº	Requerente	Local
3511/2006	A.C. Viana Pedras Lda	Valinho do Curral – Chapada – freguesia de Fátima
83/2015	André Reis Gonçalves	Rua do Tanchão – Matas – freguesia de Nossa Sra. das Misericórdias
2169/2011	Carlos Pereira Oliveira	Rua da Pairia, n.º 7 – Olival – da União das freguesias de Gondemaria e Olival
92/2016	Conmarfel – Construção Civil e Obras Públicas Lda	Rua das Alagadas – Maxieira – freguesia de Fátima
202/2016	Estela Maria Neves Lopes	Rua José Calisto dos Santos, n.º 5 – Vale Travesso – freguesia de Nossa Sra. da Piedade
55/2016	Fábio André dos Santos Pereira Faria	Rua Principal – Cardal – Olival da União das freguesias de Gondemaria e Olival
248/2016	Francisco Manuel Fonseca Henriques	Rua Principal, n.º 882 – Zambujal – freguesia de Atouguia
44/2012	Humberto Antunes Gameiro e Rui Carlos Antunes Gameiro – (Policlínica)	Avenida 11 de Julho, 650 – B – Memória freguesia de Espite
241/2014	Joaquim Lourenço Simões	Rua do Vale Capitão - Carvoeira - freguesia de Caxarias
21/2016	José Abílio Pereira	Rua dos Henriques – Lagoa do Furadouro – freguesia de Nossa Sra. das Misericórdias
252/2016	Lucília Maria Vieira da Silva	Rua da Terra Fria, Nº 1249 - São Sebastião - freguesia de Atouguia
188/2016	Marco Paulo Carvalho Ferraz Gameiro	Casal dos Moleiros – Casal dos Bernardos – da União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
30/2012	Mário Maurício Marques	Rua de Aljustrel - Aljustrel - freguesia de Fátima
233/2015	Miguel Simões Alves	Rua da Calçada, n.º 18 – Carvalhal de Cima - da União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
322/2015	Montsousa – Montagens Metálicas Lda	Zona Industrial - Casal dos Frades – freguesia de Seiça
207/2016	Pedro José Simões Sousa Costa e Outros	Avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.º 102 – Ourém – freguesia de Nª Srª da Piedade
885/2011	Ricardo José Antunes Sousa	Rua Casal das Figueiras – freguesia de Caxarias
56/2015	Romain Ribeiro de Sousa	Rua dos Brejos – Pontes – freguesia de Caxarias
204/2014	Sérgio Miguel Oliveira Gameiro	Rua da Capela, Nº 129 – Vale da Perra – freguesia de Atouguia



Ourém, 14 de outubro de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



# DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 30/09/2016 a 13/10/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
23865	Apajefátima	Peditório
26765	Azenha Convivium Bar, Lda.	Licença de Ruído
24222	Albino dos Santos Sousa	Vendedor de Mercado
26942	Condomínio do Edifício Aureliano	Inspeção de elevador
26541	António do Rosário Pereira Eurico	Inspeção de elevador

Ourém, 14 outubro de 2016

#### Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)